Nome	Data de nascimento
Nilza Linhares Santos	07/09/1975
José Mauricio dos Santos Lima	08/05/1977
Rosângela Maria Cordeiro Pinto Gomes	05/05/1977
Lélio Celso Ramires Farias	14/06/1971
Micaelly Cristianna Rezende Nunes Farias	17/11/1982
Cristiano Braucks	24/11/1987
Jéssica Santos Leite Braucks	10/10/1991
Frederico Pacheco Werner	04/09/2000
Valdemar da Cunha Santos	23/04/1981
Luiza Gomes Ramos	14/01/1988
Vania de Souza Rodrigues Goltara	09/01/1978
Lea Maria de Souza Aben-Athar	09/05/1960
Felipe Larson da Silveira	06/10/1980
Mariellyn Maiby Reichert Modesto	04/12/1987
Thainá Maria Lins Pinto	29/01/1994
José Matias Pereira	30/07/1951
Tatiana Ferreira Moreira	09/11/1974
Armando Almeida Santos Neto	02/11/1975
Diego Roberto Premiano do Nascimento	23/11/1983
Brenda Campos de Oliveira	19/02/1994
Anderson Roberto de Almeida Hernandes	06/02/1983
Vagner José Ferreira	08/09/1975
Flavia Matias Pereira	28/02/1976
Valdelice de Almeida Pereira	09/04/1955
Rodrigo Mello de Araujo	25/01/1979
Adriana Mendes de Oliveira	20/06/1980
Neli Ferreira dos Santos	04/07/1947
Maria Mara Zaccaro	03/01/1950
Paulo Mariano Brasil de Oliveira	26/04/1981
Fernanda Ferrari	19/07/1990
Cicero dos Santos	22/06/1974
Anselmo Loureiro Salomão	28/08/1975

4 de dezembro de 2018. — A Diretora Nacional Adjunta, *Cristina Gatões*.

311879715

JUSTIÇA

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Despacho (extrato) n.º 12048/2018

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por despacho, de 09.10.2018, foi autorizada, nos termos previstos nas alíneas *a*) e *d*) do n.º 3 do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a consolidação definitiva da mobilidade na carreira/categoria, do mapa de pessoal do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., de Maria de Lourdes Loulié Cabá Gonçalves, assistente técnica do mapa de pessoal da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, mantendo a mesma posição e nível remuneratórios da situação jurídico-funcional de origem, com efeitos a contar de 01.11.2018.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

15 de outubro de 2018. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Filomena Sofia Gaspar Rosa*.

311847477

Despacho (extrato) n.º 12049/2018

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por despacho, de 03.07.2018, foi autorizada, nos termos previstos do artigo 99.º-A da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, aditado pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, a consolidação definitiva da mobilidade intercarreiras na carreira/categoria de técnico superior do mapa de pessoal do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., da Lic. Ana Maria Felgueiras de Oliveira Sousa Rodrigues, escriturária do mapa de pessoal do Registo Nacional de Pessoas Coletivas, ficando posicionada entre a 9.ª e 10.ª posição remuneratória da carreira e categoria de técnico superior

(entre 42.º e 45.º nível remuneratório da tabela única da Administração Pública, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro), com efeitos a 01.07.2018.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas)

16 de novembro de 2018. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Filomena Sofia Gaspar Rosa*.

311847517

ADJUNTO E ECONOMIA

Gabinete do Secretário de Estado da Defesa do Consumidor

Despacho n.º 12050/2018

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 a 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de Adjunto no meu Gabinete, o mestre João Luís Andrade Serra Moreira de Campos.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do decreto-lei supracitado, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, o qual produz efeitos desde 4 de dezembro de 2018.

3 — Em consonância com o disposto na alínea *a*) do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, fica o ora designado autorizado a exercer atividades de docência em instituição de ensino superior até 10 de dezembro de 2018.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do citado decreto-lei, publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

5 de dezembro de 2018. — O Secretário de Estado da Defesa do Consumidor, *João Veloso da Silva Torres*.

ANEXO

Nota Curricular

1 — Dados pessoais:

Nome — João Luís Andrade Serra Moreira de Campos;
Nacionalidade — Portuguesa;
Data de Nascimento — 29 de novembro de 1988.

2 — Habilitações académicas:

Frequência do programa de Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento no ISEG — Lisbon School of Economics and Management (desde setembro de 2016);

Mestrado em Marketing pela Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica do Porto (2013);

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (2011).

3 — Experiência profissional:

Assistente Convidado na Católica Porto Business School, na qual lecionou disciplinas nas licenciaturas de Economia e Gestão, designadamente, Economia Portuguesa e Europeia, Projeto Multidisciplinar I e Gestão de Marketing, bem como nos mestrados em Gestão e Marketing, nos quais lecionou as disciplinas de Pricing e Advanced Topics in Marketing (desde 2012);

Colaborou regularmente com o Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada (desde 2012);

Técnico de Marketing na Sonae MC (de setembro de 2012 a novembro de 2013).

311886657

Despacho n.º 12051/2018

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 a 4 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de Técnica especialista no meu Gabinete, no âmbito das respetivas habilitações e qualificações profissionais, a mestre Ana Maria Fernandes Leite, técnica superior do mapa de pessoal da Freguesia do Lumiar, tendo obtido a concordância da entidade de origem.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório da designada é o previsto na alínea *a*) do n.º 4 do mesmo preceito legal.